



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Pedro Diniz Rocha

Universidade Estadual Paulista, Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais
San Tiago Dantas, São Paulo – SP
E-mail: (pd.rocha@unesp.br).



ORCID ID:
<https://orcid.org/0000-0002-1365-3292>

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



O modelo Steps-to-War: panorama de um programa de pesquisa

Steps-to-War: an overview of its research program

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e22004>

Recebido em 7 de janeiro de 2020

Aprovado em 29 de maio de 2020

Resumo

O objetivo deste artigo é o de via revisão bibliográfica apresentar o modelo Steps-to-War, seu programa de pesquisa e alguns de seus resultados empíricos ao público brasileiro afeto às Relações Internacionais. Isto porque, embora o modelo tenha se desenvolvido nos últimos vinte anos no exterior, não há até o momento literatura especializada em português que lide com ele, seja apresentado seus pressupostos ou testando-o em estudos empíricos.

Abstract

The aim of this paper is to present, via a literature review, the Steps-to-War model, its research program and some of the results gathered over the years to the Brazilian International Relations community. This is because, although the model has developed abroad over the last twenty years, there is not yet specialized literature published in Portuguese dealing with the Steps-to-War, presenting its main assumptions, or testing them empirically.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Estudos de Paz e Conflito; Steps-to-War.

Keywords: International Relations; Peace and Conflict Studies; Steps-to-War.

Introdução

O Steps-to-War se origina na década de 1990 a partir da proposta de John Vasquez (1993; 1995) para o desenvolvimento de uma explicação territorial para as guerras. Vasquez (1995) argumentou à época que a territorialidade teria maior valor heurístico para compreensão do fenômeno do que aspectos alternativos, como a contiguidade geográfica (ver Vasquez, 1995). Em especial após a publicação feita pelo *Correlates of War* de banco de dados sobre disputas militarizadas (MID 2.1), contendo variável relativa à ameaça ou ao uso da força em conflitos territoriais (Jones, Bremer e Singer, 1996), foi derivado programa de pesquisa expandido por Senese e

Vasquez (2003; 2008), tendo em vista a construção de uma abordagem ampla e unificada para as causas da guerra e de conflitos armados interestatais.

O modelo parte do pressuposto de que características próprias às questões territoriais – isto é, sua saliência potencialmente alta oriunda dos atributos materiais e imateriais que compõem todo território – transformam-nas em mais propensas à militarização e à guerra do que outros tipos de divergências de interesse. Ainda que outras dimensões sejam capazes de produzir tal resultado, questões territoriais estão mais frequentemente relacionadas à adoção de práticas – disputas militarizadas, formação de alianças e contra alianças e corrida armamentista – que afetam a disposição (*willingness*) dos Estados em escolherem a guerra como mecanismo para resolução de conflitos (Vasquez, 1993; Starr, 2005). Isso porque, a cada passo, os Estados tendem a institucionalizar percepções mútuas de hostilidade, insegurança e medo próprias de uma relação de rivalidade e, “uma vez a guerra tendo sido considerada inevitável, é questão de tempo antes de qualquer escaramuça se transformar em uma conflagração massiva” (Sample, 1997, p. 7)

Dito isto, o objetivo deste artigo é o de apresentar o Steps-to-War – isto é, suas principais proposições, seu programa de pesquisa e alguns de seus resultados acumulados até o momento – ao público brasileiro especializado e afeto às Relações Internacionais (RI). Não se busca, portanto, avançar o modelo já estabelecido ou a literatura correlata a seu programa de pesquisa. Tal objetivo se justifica, na medida em que embora o Steps-to-War tenha se desenvolvido significativamente nos últimos vinte anos no exterior (ver Owsiak, 2017), ainda não há publicações nas principais revistas científicas do Brasil tendo como base seus pressupostos ou apresentando-os à área das RI no país. De modo a cumprir o objetivo proposto, foi realizada revisão bibliográfica aos moldes do que Paré, Trudel e Kitsou (2015) denominam revisão por narrativa. Nesse tipo de revisão bibliográfica, o pesquisador busca sumarizar e sintetizar escritos em torno de determinado objeto de pesquisa, de modo a apresentá-lo ao leitor e, ao mesmo tempo, proporcionar a ele um pano de fundo compreensivo do estado da arte dos debates (Paré; Trudel; Kitsou, 2015).

Questões territoriais e os problemas de comprometimento e indivisibilidade

O modelo Steps-to-War entende a política internacional como um constante processo de formulação de decisões imperativas voltadas à repartição de bens escassos (Easton, 1968). Essa é uma perspectiva questão-orientada, próxima aos trabalhos de Rosenau (1971), O’Leary (1976) e Potter (1980), em “Análise de Política Externa”, que passa no princípio da década de 1990 a ser aplicada também aos “Estudos de Paz e Conflito”, por autores como Holsti (1991), Diehl (1992) e Vasquez (1993) (Owsiak, 2017). A proposta é a de explicar a guerra não a partir de condições naturais ou estruturais anteriores, mas evidenciando propósitos e objetivos dos Estados relativos às questões em disputa sobre a mesa de negociação (Holsti, 1991). Se apreende o curso de ação dos Estados, portanto, como determinado pelas questões em conflito, sendo essas fatores centrais na escolha pela utilização ou não da força em política internacional (Vasquez, 1993).

Questões podem ser definidas como o sujeito de um conflito ou controvérsia. São os objetos cuja divergência percebida de interesse gera a impossibilidade das partes conquistarem seus objetivos ao mesmo tempo (Pruitt; Rubin, 1996; Randle, 1987). A força, entretanto, não é elemento definidor de conflitos internacionais, mas entendida como potencial mecanismo de repartição dos objetos em contenda (Mansbach; Vasquez, 1981). Se o objetivo do modelo é explicar a guerra, o interesse sobre questões territoriais se justifica, na medida em que, empiricamente, parece que mais guerras foram travadas tendo como base questões territoriais do que qualquer outro tipo de questão (ver Goertz, Diehl & Balas, 2016, p. 90), embora seja importante ressaltar a possibilidade de sobreposição questões em um mesmo conflito. Isto é, em termos comparativos, ao longo da história, conflitos territoriais mais vezes levaram os Estados a escolherem a força como mecanismo de repartição do que conflitos de outra natureza (Vasquez, 1993).

Este sendo o caso, distingue-se a partir de Huth (1998) cinco contextos-tipo definidores da presença de questões territoriais e, portanto, comparativamente mais propensos a apresentar conflitos armados:

- (i) o Estado A não entende a atual demarcação de fronteiras como válida, enquanto o Estado B assume a posição de que ela já está juridicamente estabelecida;
- (ii) não existem tratados ou documentos históricos estabelecendo com exatidão os marcos de fronteira e ambos os Estados assumem posições distintas de onde ela deveria ser demarcada;
- (iii) o Estado A ocupa atualmente parte ou a completude do território do Estado B e se recusa a abandoná-lo;
- (iv) o Estado A não reconhece a soberania do Estado B sobre parte ou a completude de seu território;
- (v) o Estado A não reconhece a independência do Estado B (ou colônia) e pretende anexar (ou manter) parte ou a completude de seu território.

Os resultados encontrados se explicam dentro do modelo a partir do pressuposto de que “questões territoriais são a principal fonte de conflitos que dão origem a uma sequência de práticas [*disputas militarizadas/rivalidade, formação de alianças, corrida armamentista*] que terminam na guerra” (Vasquez, 1993, p. 7). Se administradas de outra maneira, a tendência é que a guerra não aconteça; porém, a adoção de práticas de *Realpolitik*, quando da presença de questões territoriais, aumenta a probabilidade da guerra ser escolhida como mecanismo de repartição, na medida em que leva os Estados a identificarem e reproduzirem imagens do outro como ameaça, competidor e inimigo, intensificando a lógica do dilema de segurança (Senese; Vasquez, 2008).

A saliência das questões é compreendida como variável chave para diferenciação entre conflitos onde a força tende a ser escolhida como mecanismo de repartição, e aqueles onde métodos não violentos de resolução de conflitos são adotados (Hensel, 1996). Isso porque quanto maior o valor dos objetos em contenda para os Estados envolvidos no conflito – isto é, quanto maior a sua saliência – mais fortemente eles estão dispostos a correr riscos, sustentar suas posições e adotar posturas agressivas

em meio à negociação (Goertz; Diehl; Balas, 2016). Essa situação tende a produzir problemas de barganha que dificultam as negociações bilaterais, levando-as à falência e dificultando a adoção de mecanismos pacíficos de resolução de conflitos (Hensel et al, 2008; Owsiak; Mitchell, 2017).

Em relação às questões territoriais, os atributos materiais e imateriais que compõem todo território (Godelier, 1984) tendem a infundi-las com um alto índice de saliência. O que potencialmente explica a adoção de práticas de *Realpolitik* quando da presença de conflitos territoriais. Por um lado, os atributos imateriais tendem a originar um conjunto de fatores intangíveis que transformam a posse de determinados territórios em algo imprescindível em termos simbólicos para a própria existência do Estado enquanto sociedade. A sua posse, portanto, teria valor na medida em que o território é percebido como parte da identidade nacional, seja pela memória da soberania ali exercida em tempos ancestrais ou pelo desenvolvimento de laços étnicos, linguísticos e/ou religiosos da população com aquele espaço geográfico específico (Hensel; Mitchell, 2005).

Por outro lado, os atributos materiais tendem a dar lugar a um conjunto de fatores tangíveis que transformam a posse de determinados territórios em meio essencial para garantia do poder, segurança e sobrevivência dos Estados. Isto é, a posse de determinado território teria valor para um Estado na medida em que este (i) contém recursos naturais escassos e valiosos como petróleo, aço, ferro, níquel, água potável, etc.; (ii) é habitado por população permanente sustentada em cidades ou vilas; ou (iii) está localizado em posição geográfica nodal para rotas militares e/ou comerciais e propicia ao Estado posições defensivas vantajosas, contribuindo para a defesa nacional (Hensel; Mitchell, 2005).

O argumento, então, é o de que a potencial alta saliência das questões territoriais leva ao surgimento de problemas de barganha que dificultam as negociações bilaterais e incentivam os Estados a adotarem estratégias coercitivas de barganha (Wiegand, 2011). Por um lado, os fatores tangíveis dão origem a um problema de comprometimento (Fearon, 1995; Rider; Owsiak, 2015); por outro lado, os fatores intangíveis são responsáveis pela emergência de problema de indivisibilidade (Toft, 2006; Hassner, 2003). Ambos, entretanto, levam a práticas de diplomacia coercitiva que reforçam ao longo do processo imagens de competição, ameaça e inimizade (Thompson, 2001) e, portanto, tendem a se repetir, intensificando em espiral o dilema de segurança dentro da díade (Jervis, 1976).

Problemas de comprometimento podem ser definidos como “situações em que acordos mutuamente satisfatórios são inatingíveis porque um ou mais Estados tem incentivos para renegar seus termos” (Fearon, 1995, p. 381), uma vez que foram instituídos. É o que se sucede, por exemplo, quando o objeto em contenda é em si mesmo uma fonte de poder e sua repartição acarreta mudanças na distribuição relativa de capacidades dentro de uma díade (Rider; Owsiak, 2015). O que é característica própria de questões territoriais onde atributos tangíveis – localização estratégica, população permanente e recursos valiosos – fazem-se presentes e, portanto, qualquer concessão tende a ampliar o poder relativo futuro do adversário (Hensel; Mitchell, 2005). O Estado fortalecido pela posse do território passa, após a ratificação do acordo, a estar em uma posição mais favorável para renegar seus termos e barganhar novas concessões. Em consequência, ambos os Estados tendem a preferir o não-acordo, a falha das negociações bilaterais e os custos da escalada do conflito a firmarem acordo que os coloque em posição desvantajosa no futuro (Rider; Owsiak, 2015).

Em alternativa, problemas de indivisibilidade emergem quando a qualidade inerente ao objeto em disputa leva os Estados a percebê-lo como integralmente indivisível. A partir de Hassner (2003) não se define indivisibilidade tendo como base o resultado de rodadas de negociação (ver Powell, 2006), mas por características próprias das questões sobre a mesa de negociação. Dando ênfase aos aspectos intangíveis do território, o autor identifica espaços sagrados como objetos inerentemente indivisíveis por possuírem três características de forma concomitante:

- (i) Integralidade, no sentido de que “não podem ser parcelados ou subdivididos sem perder significativamente seu valor subjetivo” (Hassner, 2003, p. 12,);
- (ii) Limites definidos, no sentido de que “as partes em conflito têm plena consciência de que se referem ao mesmo espaço geográfico quando em barganha” (Hassner, 2003, p. 12,);
- (iii) Não-fungibilidade, no sentido de que “não pode ser substituído ou trocado por outro objeto”, mesmo se este possuir igual valor em termos materiais (Hassner, 2003, p. 13,);

Hassner (2003) argumenta que somente espaços sagrados podem ser considerados inerentemente indivisíveis. Se parte do pressuposto, entretanto, de que apesar de espaços sagrados representarem territórios indivisíveis-tipo, isto se dá pela presença de fatores que alocam a eles saliência do tipo intangível (Hensel; Mitchell, 2005). Desta maneira, se considera que quanto mais intangível for a saliência de um território, mais indivisível será a questão territorial e mais intratável o conflito. O que se aproxima do argumento de Toft (2006, p. 44) de que outros territórios para além de espaços sagrados podem ser considerados como indivisíveis, principalmente se estes estão ligados intersubjetivamente à própria identidade dos Estados. Isso significa que, assim como no caso da presença de problema de comprometimento, quando da presença de problema de indivisibilidade, os Estados também teriam incentivos para manter de maneira firme suas posições, reduzindo a zona de acordo possível e levando a falha contínua das negociações (Hensel; Mitchell, 2005, p. 277).

Disputas militarizadas e relações de rivalidade

Como visto, não são as questões territoriais em si o lócus da explicação dentro do modelo, mas as práticas escolhidas pelos Estados quando da emergência de conflitos territoriais. O ponto é que questões territoriais aparentam ser as mais propensas à adoção de estratégias de barganha coercitivas que tendem ao ricochete. Quando da escolha da ameaça ou uso da força como mecanismo de repartição, o efeito é a intensificação da hostilidade e da percepção de ameaça, o que, por sua vez, leva os Estados, em um segundo momento, a acumularem poder, seja formando alianças exteriores à díade ou desenvolvendo domesticamente suas próprias capacidades militares. Práticas que dentro da lógica do dilema de segurança tendem a se repetir e se auto reforçar, conduzindo fatalmente ao surgimento de uma crise que escala para a guerra (Senese; Vasquez, 2008; Valeriano, 2013).

Em termos conceituais, Senese e Vasquez (2008) diferenciam conflitos territoriais (*territorial conflicts*) de disputas territoriais (*territorial disputes*). Sob esse ponto de vista, conflitos territoriais são conflitos onde o objeto em contenda produtor da divergência de interesse são questões territoriais.

Disputas territoriais, por outro lado, são aqueles conflitos territoriais onde o uso ou ameaça do uso da força é a estratégia adotada pelos Estados de modo a levar sua contraparte a aceitar sua posição dentro de um contexto de barganha. Isto é, disputas territoriais são conflitos territoriais militarizados, enquanto conflitos territoriais são, em termos gerais, divergências de interesse sobre questões territoriais. (Senese; Vasquez, 2008). Tal distinção se faz importante na medida em que, uma vez tendo questões territoriais se tornado militarizadas, “isso reflete certo nível de comprometimento por parte dos atores de que eles não facilmente irão abrir mão de suas posições, e que outros mecanismos de resolução de conflitos não aparentam ser produtivos” (Senese; Vasquez, 2008, p. 12).

Em termos de empiria, as correlações encontradas contribuíram para o desenvolvimento do modelo. Hensel (1996, p. 63) demonstrou não só que disputas militarizadas tendem a recorrer em 61,2% dos casos, mas que disputas territoriais tendem a recorrer três vezes mais que disputas relativas a outros tipos de questão. Da mesma maneira, Vasquez e Henehan (2001, p. 128), demonstraram que das 97 disputas militarizadas que levaram à guerra, entre 1816 e 1992, 53 (54,64%) tinham como objeto de disputa questões territoriais, 31 (31,96%), questões políticas (*policy*), 9 (9,28%), questões regimes/ideologia e 4 (4,12%), outras questões. Por fim, Senese e Vasquez (2003, p. 293) a partir de resultado de teste *probit* encontraram que a probabilidade da guerra em 5 anos desde o surgimento de disputa territorial, 31,2%, é substantivamente maior se comparada a probabilidade de escalada para guerra em 5 anos quando da presença de disputas políticas (*policy*), 5,5%, ou de regime/ideologia, 6,0%.

Sustenta-se, portanto, que disputas territoriais, especialmente entre díades balanceadas, não tendem a produzir os resultados previstos pela lógica da deterrência. Isto é, o uso ou ameaça do uso da força não produz concessões por parte dos adversários e o mais provável é que a questão perdure e que escaramuças recorram ao longo do tempo (Senese; Vasquez, 2008). A recorrência de disputas militarizadas leva à institucionalização na díade de padrão de interação próprio de relações de rivalidade, já que “a disposição do oponente em se utilizar da força confirma as expectativas sobre suas intensões agressivas” (Owsiak, 2017, p. 6). Dada essa compreensão, foram incorporadas dentro do programa de pesquisa ao redor do modelo Steps-to-War as discussões sobre rivalidade que se desenvolveram nos anos 1990 paralelamente à explicação territorial das guerras (Senese; Vasquez, 2008).

Apesar de haver certo consenso na literatura relativo ao potencial de escalada de relações marcadas pela rivalidade, os estudos sobre o tema tendem a se concentrar majoritariamente em duas perspectivas distintas. A primeira, proposta por Goertz e Diehl, na década de 1990 e reformulada em 2006, concentra a definição de rivalidade na recorrência de disputas militarizadas em uma díade (Goertz; Diehl, 1992, 1993, 1995; Diehl; Goertz, 2000; Klein; Goertz; Diehl, 2006). A segunda, desenvolvida por William Thompson e, em um segundo momento, Michael Colaresi e Karen Rasler, já nos anos 2000, define rivalidade a partir da constituição de mútua percepção de inimizade, ameaça e competição entre dois Estados (Thompson, 2001; Colaresi; Thompson, 2002a e 2002b; Rasler; Thompson, 2006; Colaresi; Rasler; Thompson, 2008). Destacam-se ainda os trabalhos de Hensel (1999), Maoz e Mor (2002), Cox (2010), Valeriano (2013), Owsiak e Rider (2013) e Rasler, Thompson e Ganguly (2013) que, a partir de diferentes óticas, focaram sua atenção no processo de formação, maturação e término de relações de rivalidade.

A perspectiva proposta por Diehl e Goertz (2000) e reformulada por Klein, Goertz e Diehl (2006), destaca quatro dimensões em sua concepção de rivalidade: consistência espacial, duração, competição militarizada e interdependência temporal de eventos. Em primeiro lugar, relações de rivalidade têm consistência espacial, isto é, constituem-se pela competição militarizada entre um único par de Estados ou díade ao longo do tempo (Diehl; Goertz, 2000, p. 19; Klein, Goertz e Diehl, 2006, p. 333). Em segundo lugar, tal competição militarizada perdura, o que levou os primeiros trabalhos na década de 1990 a adotarem a expressão rivalidade duradoura (Goertz; Diehl, 1992, 1993, 1995).

Em terceiro lugar, relações de rivalidade são aquelas em que a dimensão militar domina a inter-relação em uma díade e, por isso, o fator definidor de sua presença é a recorrência de MIDs (Diehl; Goertz, 2000, p. 22; Klein, Goertz e Diehl, 2006, p. 334). Previamente, a presença de rivalidade duradoura em uma díade era atestada pela observação de seis ou mais disputas militarizadas não separadas em 20 anos. Caso houvesse de três a cinco MIDs, os autores classificavam a díade como proto-rivalidade e, abaixo disso, consideravam a disputa como um conflito armado isolado (Diehl; Goertz, 2000, p. 440-441). Por sua vez, Klein, Goertz e Diehl (2006, p. 337-338) eliminaram as expressões rivalidade duradoura e proto-rivalidade, passando a considerar a presença de rivalidade em uma díade pela observação de três a cinco disputas militarizadas não separadas por um período de 10 a 15 anos.

Por fim, Goertz e Diehl consideram que, em díades onde predominam relações de rivalidade, há uma interdependência temporal de eventos, em que as práticas adotadas por Estados rivais no presente são condicionadas pela sombra do passado e as expectativas acerca do futuro (Klein; Goertz; Diehl, 2006). Uma história de disputas militarizadas tende, portanto, a levar a díade a novas disputas militarizadas e, conforme o Steps-to-War, à formação de alianças e ao desenvolvimento de corrida armamentista. Isso porque em contexto de rivalidade o dilema de segurança é intensificado, as expectativas de comportamento se auto reforçam e as práticas coercitivas tendem a se multiplicar ao longo do tempo (Senese; Vasquez, 2008).

Thompson (2001) concorda com Goertz e Diehl (1992; 1993; 1995) acerca das consequências da rivalidade para as relações diádicas e a importância de estudá-las em ordem a compreender as dinâmicas por detrás da escalada de determinados conflitos interestatais. A rivalidade para ele é também entendida como catalisadora de práticas de *Realpolitik*, na medida em que provoca o predomínio da incerteza, hostilidade e medo, intensificando o dilema de segurança (Thompson, 2001). O que diferencia as duas abordagens, portanto, não é entendimento acerca das consequências da rivalidade, mas a maneira de se identificar empiricamente díades rivais. Enquanto Goertz e Diehl partem de uma perspectiva *a posteriori* ao reconhecê-las empiricamente pela satisfação de número mínimo de MIDs (Klein; Goertz; Diehl, 2006), Thompson parte de uma perspectiva *a priori* e interpretativa, enfatizando a construção dentro de uma díade de percepção mútua do outro como competidor, ameaça e inimigo (Thompson, 2001).

A crítica fundamental por parte de Thompson é a de que identificar relações de rivalidade a partir de patamar de disputas militarizadas significa identificá-las a partir de suas consequências, o que leva a perspectiva proposta por Goertz e Diehl a sofrer de problema de endogenia (Senese;

Vasquez, 2008). Haveria que se reconhecer as relações de rivalidade a partir daquilo que as definem como tal, não a partir de seus efeitos. O autor enfatiza, portanto, a maneira pela qual os Estados em uma díade percebem a sua contraparte, já que isto condiciona as expectativas de comportamento, tornando as disputas militarizadas e cursos de ação baseados na *Realpolitik* profecias auto realizadas (Thompson, 2001, p. 562). Isso posto, para Thompson (2001, p. 560), uma relação de rivalidade existe quando os Estados dentro de uma díade “se identificam mutuamente como competidores, fonte de ameaça constante em termos do uso da força, e inimigos”.

Dessarte, rivalidades caracterizam-se por seu não anonimato, os Estados em meio as suas interrelações se identificam mutualmente como rivais – competidores, ameaça e inimigos (Thompson, 2001, p. 561). A dimensão da inimizade é originada das questões em conflito sobre a mesa de negociação, mais especificamente dos cursos de ação adotados pelos Estados em meio a sua resolução. Estratégias de barganha coercitiva tendem por sua vez a produzir a perspectiva de que o outro é uma ameaça, na medida em que se lê a disposição real ou imaginada da contraparte em utilizar da força como mecanismo de repartição. Lógica que só se aplica se os Estados são competidores, isto é, caso não haja diferenças fundamentais de capacidade entre as partes, o que, caso contrário, faria hipoteticamente com que sejam efetivas as estratégias de dissuasão empregadas por parte das partes militarmente mais poderosas (Thompson, 2001).

Apesar de suas diferenças, ambas as perspectivas assumem que, uma vez presentes relações de rivalidade em díades já marcadas por questões territoriais e disputas militarizadas, aumenta-se a probabilidade da guerra ser escolhida como mecanismo de resolução de conflitos (Senese; Vasquez, 2008; Rasler; Thompson, 2006). Isso porque desconfianças passam a imperar de forma mais contundente, a relação se torna mais hostil, agressiva e violenta e concessões passam a ser ainda mais difíceis de se produzir (Colaesi; Thompson, 2002b). A expectativa, portanto, é a de que questões territoriais marcadas pela presença de relações de rivalidade sejam mais difíceis de se resolver e de que, em sua resolução, haja baixa probabilidade de se adotarem práticas não violentas de resolução de conflitos (Rasler; Thompson, 2006), o que se evidencia dentro do Steps-to-War pela tendência de rivalidades em contextos de conflitos territoriais durarem mais tempo do que quando o objeto em contenda é outro (Dreyer, 2012, p. 481-483). Também pelo fato de a presença de relação de rivalidade estratégica levar as díades mais frequentemente a entrarem em disputas militarizadas e a escalarem conflitos territoriais para a guerra (Rasler; Thompson, 2006, p. 152).

Dilema de Segurança: entre a deterrência e a escalada

A teoria da deterrência mostra que a acumulação de poder e a garantia de uma distribuição de poder favorável por parte do Estado alvo pode conter a possibilidade de ataque expansionista por parte do Estado desafiante. Isso porque, nesse contexto, “a combinação dos altos custos da guerra, a baixa probabilidade de vitória do agressor e o valor de se manter ao menos o que se possui com o *status quo*” (Jervis, 1976, p. 60) reduzem a disposição do Estado desafiante em se utilizar da guerra

como mecanismo de repartição (Starr, 2005). Uma vez tendo constatado que não possui capacidade suficiente para impor sua posição por meio da força, a tendência é o Estado desafiante escolher métodos não violentos para resolução do conflito (Jervis, 1976, p. 60).

Em contraste, o argumento do Steps-to-War se aproxima do proposto por Butterfield (1951), Herz (1959) e Jervis (1976; 1978) acerca do dilema de segurança. Supõe-se que acumulação de poder em meio a contexto marcado pela lógica do dilema de segurança gera ciclo vicioso de hostilidade que conduz os dois lados em direção à guerra, em oposição ao proposto na hipótese da deterrência (Senese; Vasquez, 2008). Afinal, a acumulação de poder tende a ampliar na contraparte a percepção de insegurança e medo, já que “armas adquiridas para se defender podem ser também utilizadas para atacar” (Jervis, 1976, p. 64); e, na medida em que alianças geram contra alianças e o fortalecimento interno leva à corrida armamentista, confirmam-se as expectativas agressivas e maior é a possibilidade de eventuais crises escalarem para a guerra.

Quando da institucionalização da relação de rivalidade e da incapacidade das partes de resolverem o conflito, mesmo após recorrentes disputas territoriais, o modelo mantém, portanto, a hipótese de que as partes passam a acumular poder com o objetivo de transformar o *status quo* e negociar em posição de força. Isso se dá de duas maneiras: (i) pela formação de alianças externas à díade, somando às suas as capacidades de potenciais aliados; e (ii) pelo fortalecimento de suas próprias forças armadas, seja por investimento em tecnologias e armamentos ou pelo aumento de seu pelotão. Fatores que, em contraste à teoria da deterrência, e dentro da lógica do dilema de segurança, são tomados como catalizadores para a escalada. Isso porque alianças tendem a produzir contra alianças e o fortalecimento das forças armadas a originar corrida armamentista, o que confirma mutuamente as expectativas acerca das intensões agressivas de ambas as partes (Senese; Vasquez, 2008).

Dessarte, defende-se que ambas as práticas influenciam o comportamento dos Estados quando há o surgimento de crises internacionais em sua inter-relação (Colarei; Thompson, 2005). Isto é, encorajam o desenvolvimento de percepção de ameaça e interpretação pessimista de toda e qualquer ação por parte do adversário, o que dificulta a saída negociada de situações de crise. Na medida em que as imagens mutuamente negativas se institucionalizaram com a rivalidade e as expectativas agressivas se confirmaram desde a acumulação de poder, a resposta às crises tende a ser a escolha pela guerra (Colarei; Thompson, 2005). A formação de alianças e contra alianças e a corrida armamentista constituem, assim, os dois últimos passos para a guerra no processo do Steps-to-War (Senese; Vasquez, 2008).

Alianças

Após a institucionalização da relação de rivalidade e a recorrência de disputas militarizadas, o próximo passo previsto pelo modelo é a constituição de alianças exteriores à díade (Senese; Vasquez, 2008). Ao agregar as suas capacidades materiais àquelas de seus aliados, Estados esperam obter melhor posicionamento em meio ao balanço de poder relativo à sua contraparte (Leeds; Morgan, 2012, p. 139), o que os garante tanto a posição de força nas negociações que podem levar a concessões

por parte do adversário, quanto maior segurança, já que asseguram capacidade de defesa em caso de agressão (Owsiak, 2017). Embora o aumento individual de capacidades também proporcione os mesmos benefícios, em meio ao Steps-to-War, a formação de alianças é passo predecessor na medida em que o recurso é visto como mecanismo de curto prazo para acumulação de poder, enquanto investimentos individuais levam tempo para consolidar e exigem maior comprometimento (Senese; Vasquez, 2008; Owsiak, 2017).

Embora alianças sejam um tipo de cooperação, ao envolverem ajustes de comportamento e coordenação política, tendo em vista alinhamento de interesses e preferências (KEOHANE, 1984), elas se distinguem de vínculos cooperativos tradicionais. Isso porque, ao formalizarem alianças, os Estados se comprometem de forma vinculatória a agir de determinada maneira quando da presença de ameaças militares externas (Leeds; Morgan, 2012). Elemento que se identifica, por exemplo, em Leeds *et al* (2002, p. 238) em meio ao projeto ATOP (*Alliance Treaty Obligations and Provisions*), no qual se define *alianças* como

acordos escritos e assinados por representantes de dois ou mais Estados que incluem promessas mútuas de suporte em meio a conflitos armados, de neutralidade em meio a conflitos armados, de se abster do uso da força em suas relações, ou de consultas em eventuais crises internacionais com potencial de escalada militar.

É este elemento vinculatório de ação, quando da presença de ameaças militares externas, capturado na definição de Leeds *et al* (2002, p. 238) o elemento que permite a agregação de capacidades e, portanto, potencial alteração na distribuição de poder relativo na díade. Por isso, em contexto marcado pelo dilema de segurança, onde “os meios pelos quais um Estado aumenta sua segurança diminui a segurança dos outros” (Jervis, 1978, p. 169), o modelo prevê que a formação de aliança externa à díade por um dos lados leve sua contraparte a formar contra alianças (Senese; Vasquez, 2008). Outrossim, ao contrário do esperado pela hipótese da deterrência, defende-se que a formação de alianças não seja por si só capaz de deter potenciais agressões. Ao confirmarem expectativas mútuas de intenção agressiva próprias às relações de rivalidade, as alianças são consideradas um elemento catalisador para a adoção de novas práticas de *Realpolitik* e a escalada do conflito quando do surgimento de crises internacionais (Valeriano, 2013). Em meio ao Steps-to-War, portanto, alianças não detêm a guerra; ao contrário, aproximam as díades de sua conflagração (Senese; Vasquez, 2008).

Não obstante, a diferença de outros passos delineados pelo modelo, o efeito das alianças na escolha da guerra como mecanismo de repartição não é consenso na literatura. Em primeiro lugar, na medida em que Senese e Vasquez (2008) encontraram resultados significativamente diferentes para os períodos de 1816-1945 e 1946-1989. Entre 1816-1945, de fato, o potencial de escalada de uma disputa territorial para guerra em 5 anos é notadamente maior quando da presença de alianças politicamente relevantes externas à díade, enquanto entre 1946-1989, o efeito é o contrário (ver Senese e Vasquez, 2008, p. 197/204) – o que sugere ser a hipótese particularmente relevante para explicar resultados até o fim da Segunda Guerra Mundial, mas que seu potencial para o período seguinte não é o mesmo.

Em segundo lugar, testes posteriores realizados por Johnson e Leeds (2011) e Kenwick, Vasquez e Powers (2015) encontraram resultados diferentes para o efeito de alianças defensivas ATOP na escalada. Por um lado, Johnson e Leeds (2011, p. 55-58) argumentam que Estados com alianças defensivas têm probabilidade 20% menor de serem alvo de disputas militarizadas, ao mesmo tempo em que tendem a não responder quando da iniciação por parte do adversário (p. 60-62), o que fortalece a hipótese da deterrência. Por outro lado, Kenwick, Vasquez e Powers (2015) encontraram que, independentemente do período estudado, (1816-1945 ou 1945-2000) foram mais frequentes os casos de eclosão de maior número de disputas militarizadas e da guerra imediatamente após a firma de alianças defensivas, o que, em seu turno, fortalece a hipótese do Steps-to-War.

Os resultados opostos encontrados podem ser explicados pela adoção de diferentes pressupostos metodológicos em ambos os estudos, mais especificadamente no que concerne ao recorte temporal empregado na análise. Enquanto Kenwick, Vasquez e Powers (2015) se concentram nos cinco anos anteriores e nos cinco anos posteriores à formação da aliança, Johnson e Leeds (2011) levam em consideração todo o seu tempo de existência (Leeds; Johnson, 2016). Leeds e Johnson (2016) defendem que, embora Kenwick *et al.* tenham avançado em relação a Senese e Vasquez (2008) e de fato encontrado um resultado que fortalece a proposta pelo Steps-to-War, no que concerne ao efeito imediato de alianças, isso não seria suficiente para desacreditar a hipótese da deterrência testada por Johnson e Leeds (2011). Outrossim que ambas as análises não estão em competição direta e podem ser verdadeiras em suas particularidades, na medida em que o Steps-to-War não defende relação direta entre a formação de alianças e a guerra, mas o impacto das alianças externas às díades na decisão de se usar a força em contextos de crise, dada intensificação da hostilidade e do medo pelo efeito de agregação de capacidades (Leeds; Johnson, 2016).

Corrida Armamentista

Para além da formação de alianças, o Steps-to-War teoriza que, quando da institucionalização de relações de rivalidade e da recorrência de disputas militarizadas, os Estados em uma díade tendem a reforçar suas capacidades militares unilateralmente (Owsiak, 2017). Contudo, em contexto marcado pelo dilema de segurança e da mesma maneira em que a formação de aliança gera contra alianças, reforços militares individuais tendem a produzir corrida armamentista. Há que se diferenciar, portanto, reforços militares individuais de corridas armamentistas. Enquanto reforços militares individuais indicam um crescimento no poderio militar individual de cada Estado, a corrida armamentista é um fenômeno interativo em que dois estados competem militarmente de modo a lograr capacidades relativas suficientemente grandes para protegê-los de eventuais ataques de sua contraparte (Valeriano, 2013, p. 38). Em termos de Gibler, Rider e Hutchison (2005, p. 134), corridas armamentistas podem, então, ser definidas como “competição interativa entre dois Estados rivais relativa à força de suas forças armadas”.

Tendo em vista a definição delineada, identificam-se dois elementos principais que caracterizam uma corrida armamentista. Em primeiro lugar, corridas armamentistas são fenômenos interativos,

não anônimos, e o reforço militar se dá tendo em vista uma competição recíproca (Valeriano, 2013). Em segundo lugar, o mútuo e interativo reforço militar se dá em espiral e de forma acelerada. O que significa dizer que o incremento em capacidade deve não só ser significativamente maior que em anos anteriores, mas também que deve crescer continuamente ao longo do tempo (Valeriano, 2013). Teoricamente, espera-se que corridas armamentistas também aumentem a percepção de hostilidade e ameaça dentro de uma díade (Senese; Vasquez, 2008), já que em contexto marcado pelo dilema de segurança “os meios pelos quais um Estado aumenta sua segurança diminui a segurança dos outros” (Jervis, 1978, p. 169). Assim como no caso das alianças, a hipótese é a de que as corridas armamentistas aumentam a disposição dos Estados em escolherem a guerra como curso de ação mais apropriado quando da deflagração de uma crise internacional (Starr, 2005; Senese; Vasquez, 2008).

A evidência empírica em geral confirma a expectativa delineada pelo modelo. De fato, encontrou-se que, quando da deflagração de corrida armamentista em díades rivais, maior a probabilidade da emergência da guerra. Gibler, Rider e Hutchison (2005, p. 144), por exemplo, levando em consideração a lista de rivalidade estratégica replicada de Thompson (2001), constataram que a probabilidade da escalada para guerra, quando da presença de corrida armamentista em díades rivais, é 5 vezes maior do que ao contrário. Da mesma maneira, Senese e Vasquez (2008, p. 197 e 204), apontaram aumento significativo da probabilidade da guerra, quando da adição de corrida armamentista às outras variáveis analisadas pelo Steps-to-war, o que é particularmente significativo para o período 1816-1945.

Os resultados encontrados, entretanto, não apontam para o fato de corridas armamentistas serem *conditio sine qua non* para a maioria das guerras. Na realidade, os resultados de Gibler, Rider e Hutchison (2005, p. 134) indicam que somente 13 das 79 guerras identificadas pelo projeto COW foram precedidas por corrida armamentista. Esses dados demonstram que, apesar das corridas armamentistas terem efeito significativo na escalada de conflitos, elas ocorrem somente em circunstâncias específicas (Leeds; Morgan, 2012, p. 143). Circunstâncias essas que, por sua vez, fazem parte das hipóteses levantadas pelo modelo Steps-to-War (Senese; Vasquez, 2008).

Nesse sentido, em primeiro lugar, Rider (2009) demonstrou que disputas territoriais tendem a levar mais frequentemente ao engajamento das díades em corridas armamentistas, nas quais rivalidades estratégicas predominantemente territoriais representam 51.4% dos casos registrados por Rider (2009). Em segundo lugar, corridas armamentistas demandam tempo e custos para se desenvolverem e, portanto, são características de rivalidades maduras (Rider; Findley; Diehl, 2011). Por este ângulo, Rider, Findley e Diehl (2011, p. 88-92) encontram associação curvilínea entre a evolução das disputas militarizadas em uma díade rival e a presença de corridas armamentistas: em seu início, ela é alta e decresce até a 10ª disputa militarizada, a partir da qual volta a crescer paulatinamente até a 25ª. Resultados que, em suas particularidades, fortalecem o Steps-to-War, na medida em que o foco do modelo são os conflitos de interesse sobre questões territoriais e que, em sua lógica, as corridas armamentistas se encaixam como último passo antes da deflagração da guerra (Senese; Vasquez, 2008).

Considerações finais

Em síntese, o Steps-to-War propõe que o advento e perduro de questão territorial é entendido como o primeiro passo para a guerra, enquanto práticas de *Realpolitik* adotadas posteriormente (disputas militarizadas; formação de alianças; acumulação de poder) e suas consequências (rivalidade) são teorizadas como passos subsequentes (Senese; Vasquez, 2008). Ao longo das últimas décadas, o programa de pesquisa voltou-se majoritariamente para o uso de análises estatísticas de modo a delinear padrões e explicar a probabilidade da guerra quando da presença dos fatores destacados em suas hipóteses. Esforço que contribuiu nos últimos anos para consolidação do modelo, na medida em que os testes realizados em diferentes unidades de análise e amostras corroboraram significativamente as proposições teorizadas (Sample, 2016, p. 5).

Como apontam Senese e Vasquez (2008, p. 23), esse enfoque estatístico se justifica na medida em que o objetivo ali era determinar se “a presença de um ou mais passos, não importando a sua ordem, resultava no aumento da probabilidade da guerra”. Isto é, apesar da linguagem adotada sugerir ações em sequência, os autores buscaram, em um primeiro momento, demonstrar “não a sequência de passos em si, mas que os passos se reforçam mutuamente” (SENESE e VASQUEZ, 2008, p. 23). Para o futuro, portanto, há espaço dentro do programa de pesquisa para realização de estudos de caso aprofundados (em especial aqueles realizados via *process-tracing*) que permitam teste para a sequência de passos para guerra implícita ao Steps-to-War. Desenvolvimento previsto por Senese e Vasquez em *Steps to War: an emprical study* (2008) e já com alguns desdobramentos em dois artigos recentes de Susan Sample (ver Sample, 2014; 2016).

Para além, o programa de pesquisa pode ainda ser beneficiado por análises que busquem descortinar fatores exógenos ao modelo que contribuam para a escalada de conflitos territoriais para guerra ou para sua resolução anteriormente a presença dos passos por ele destacados. Isto porque, embora o Steps-to-War considere a presença de seus pressupostos como condição suficiente para a eclosão da guerra, isto não quer dizer que o modelo deva ser entendido como algo puramente mecanicista e evolutivo. A sequência de passos delineada não é o único caminho para a guerra e os Estados não estão naturalmente fadados a se enfrentar militarmente quando da presença de conflitos territoriais. Por um lado, dentre aqueles fatores que potencialmente influenciam a sua resolução, pode-se destacar a presença de normas de proteção a integridade territorial, a fortificação de mecanismos não violentos de resolução de conflitos (como a adjudicação e a arbitragem), a existência de terceiras partes dispostas a intervir no conflito e aceitas por ambos os lados da contenda e o tipo de regime dos Estados da díade (democracia/autocracia) (Goertz; Diehl; Balas, 2016). Por outro lado, dentre aqueles fatores com potencial de influenciar sua escalada, observa-se, por exemplo, àqueles em nível doméstico ligados à teoria diversionista da guerra (Tir, 2010), a questão da reputação em múltiplos conflitos territoriais (Walter, 2003) e o risco do uso do *fait accompli* como estratégia de barganha em conflitos territoriais (Altman, 2017).

Referências Bibliográficas

- Altman, D. By Fait Accompli, Not Coercion: How States Wrest Territory from Their Adversaries. *International Studies Quarterly*, v. 61, p. 881–891, 2017.
- Butterfield, H. *History and Human Relations*. Londres: Collins, 1951.
- Colaresi, M.; Rasler, K.; Thompson, W. *Strategic Rivalries in World Politics: Position, Space and Conflict Escalation*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- Colaresi, M.; Thompson, W. Hot Spots or Hot Hands? Serial Crisis Behavior, Escalating Risks, and Rivalry. *Journal of Politics*, v. 64, n. 4, p. 1175-1198, 2002a.
- Colaresi, M.; Thompson, W. Strategic Rivalries, Protracted Conflict, and Crisis Escalation. *Journal of Peace Research*, v. 39, n. 3, p. 263-287, 2002b.
- Colaresi, M.; Thompson, W. Alliances, Arms Buildups and Recurrent Conflict: Testing a Steps-to-War Model. *The Journal of Politics*, v. 67, n. 2, p. 345–364, 2005.
- Cox, E. *Why Enduring Rivalries Do – or Don't End*. Boulder: Lynne Rienner, 2010.
- Diehl, P. What are they fighting for? The importance of Issues in International Conflict Research. *Journal of Peace Research*, v. 29, n. 3, p. 333-344, 1992.
- Diehl, P.; Goertz, G. *War and peace in International Rivalry*. Ann Harbor: The University of Michigan Press, 2000.
- Dreyer, D. Issue Intractability and the Persistence of International Rivalry. *Conflict Management and Peace Science*, v. 29, n. 5, p. 471 –489, 2012.
- Easton, D. *Uma Teoria de Análise Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- Fearon, J. Rationalist Explanations for War. *International Organization*, v. 49, n. 3, p. 379-414, 1995.
- Gibler, D.; Rider, T.; Hutchison, M. Taking arms against a sea of troubles: conventional arms races during periods of rivalry. *Journal of Peace Research*, v. 42, n. 2, p. 131-147, 2005.
- Godelier, M. *L'idéal et le matériel: Pensée, économies, sociétés*. Paris: Fayard, 1984.
- Goertz, G.; Diehl, P. The empirical importance of enduring rivalries. *International Interactions*, v. 18, n. 2, p. 151-163, 1992.
- Goertz, G.; Diehl, P. Enduring Rivalries: Theoretical Constructs and Empirical Patterns. *International Studies Quarterly*, v. 37, n. 2, p. 147-171, 1993.
- Goertz, G.; Diehl, P. The Initiation and Termination of Enduring Rivalries: The Impact of Political Shocks. *American Journal of Political Science*, v. 39, n. 1, p. 30-52, 1995.
- Goertz, G.; Diehl, P.; Balas, A. *The Puzzle of Peace: the evolution of peace in the international system*. New York: Oxford University Press, 2016.
- Hassner, R. To Halve and to Hold: Conflicts Over Sacred Space and the Problem of Indivisibility. *Security Studies*, v. 12, n. 2, p. 1-33, 2003.
- Hensel, P. Charting a Course to Conflict: territorial issues and interstate conflict, 1816-1992. *Conflict Management and Peace Science*, v. 31, n. 3, p. 281- 297, 1996.
- Hensel, P. An Evolutionary Approach to the Study of Interstate Rivalry. *Conflict Management and Peace Science*, v. 17, p. 175-206, 1999.

- Hensel, P.; Mitchell, S. Issue indivisibility and territorial claims. *GeoJournal*, v. 64, p. 275-285, 2005.
- Hensel, P. et al. Bones of Contention: Comparing Territorial, Maritime, and River Issues. *Journal of Conflict Resolution*, v. 52, n. 1, p. 117-143, 2008.
- Herz, J. *Political Realism and Political Idealism*. Chicago: University of Chicago Press, 1959.
- Holsti, K. *Peace and War: armed conflicts and international order, 1648-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- Huth, P. *Standing your ground: territorial disputes and international conflict*. Michigan: University of Michigan Press, 1998.
- Jervis, R. *Perception and Misperception in International Politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1976.
- Jervis, R. Cooperation under the Security Dilemma. *World Politics*, v. 30, n. 2, p. 167-214, 1978.
- Johnson, J.; Leeds, B. Defense Pacts: A Prescription for Peace? *Foreign Policy Analysis*, v. 7, n. 1, p. 45-65, 2011.
- Jones, D.; Bremer, S.; Singer, D. Militarized Interstate Disputes, 1816-1992: Rationale, Coding Rules and Empirical Patterns. *Conflict Management and Peace Science*, v. 15, p. 162-213, 1996.
- Kenwick, M.; Vasquez, J.; Powers, M. Do Alliances Really Deter? *The Journal of Politics*, v. 77, n. 4, p. 943-954, 2015.
- Keohane, R. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- Klein, J.; Goertz, G.; Diehl, P. The New Rivalry Dataset: Procedures and Patterns. *Journal of Peace Research*, v. 43, n. 3, p. 331-348, 2006.
- Leeds, B. et al. Alliance Treaty Obligations and Provisions, 1815-1944. *International Interactions*, v. 28, n. 3, p. 237-260, 2002.
- Leeds, B.; Morgan, C. The Quest for Security: Alliances and Arms. In: Mitchell, S.; Diehl, P.; Morrow, J. *Guide to the Scientific Studies of International Processes*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- Leeds, B.; Johnson, J. Theory, Data and Deterrence: A response to Kenwick, Vasquez and Powers. *Journal of Politics*, v. 79, n. 1, p. 335-340, 2016.
- Mansbach, R.; Vasquez, J. *Search of a Theory: A New Paradigm for Global Politics*. New York: Columbia University Press, 1981.
- Maoz, Z.; Mor, B. *Bound by Struggle: The Strategic Evolution of Enduring Rivalries*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.
- O'Leary, M. The role of issues. In: Rosenau, J. *In Search of Global Patterns*. New York: Free Press, 1976.
- Owsiak, A. The Steps to War: Theory and Evidence. In: Thompson, W. *Encyclopedia of Empirical International Relations Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- Owsiak, A.; Rider, T. Clearing the Hurdle: Border Settlement and Rivalry Termination. *Journal of Politics*, v. 75, n. 3, p. 757 - 772, 2013.
- Owsiak, A.; Mitchell, S. Conflict Management in Land, River, and Maritime Claims. *Political Science Research and Methods*, v. 7, n. 1, p. 43-61, 2017.

- Paré, G.; Trudel, M.-C.; Kitsiou, S. Synthesizing information systems knowledge: a typology of literature reviews. *Information & Management*, v.52, n.2, p.183-199, 2015.
- Potter, W. Issue area and foreign policy analysis. *International Organization*, v. 34, n. 3, p. 405–427, 1980.
- Powell, R. War as a Commitment Problem. *International Organization*, v. 60, n. 1, 2006.
- Pruitt, D.; Rubin, J. *Social Conflict: Escalation, Stalemate and Settlement*. New York: Random House, 1986.
- Randle, R. *Issues in the History of International Relations: The Role of Issues in the Evolution of the State System*. New York: Praeger, 1987.
- Rasler, K.; Thompson, W. Contested Territory, Strategic Rivalries, and Conflict Escalation. *International Studies Quarterly*, v. 50, p. 145–167, 2006.
- Rasler, K.; Thompson, W. Ganguly, S. *How Rivalries End*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.
- Rider, T. Understanding Arms Race Onset: Rivalry, Threat, and Territorial Competition. *The Journal of Politics*, v. 71, n. 2, p. 693-703, 2009.
- Rider, T.; Findley, M.; Diehl, P. Just part of the game? Arms races, rivalry and war. *Journal of Peace Research*, v. 48, n. 1, p. 85-100, 2011.
- Rider, T.; Owsiak, A. Border settlement, commitment problems, and the causes of contiguous rivalry. *Journal of Peace Research*, v. 52, n. 4, p. 508-521, 2015.
- Rosenau, J. Pre-Theories and Theories of Foreign Policy. In: Rosenau, J. *The Scientific Study of Foreign Policy*. New York: Free Press, 1971.
- Sample, S. Arms races and dispute escalation: resolving the debate. *Journal of Peace Research*, v. 34, n. 1, p. 7-22, 1997.
- Sample, S. From territorial claim to war: timing, causation, and the Steps-to-War. *International Interactions*, v. 40, p. 270-285, 2014.
- Sample, S. Anticipating War? War preparations and the Steps-to-War thesis. *British Journal of Political Science*, v. 48, n. 2, p. 489-511, 2016.
- Senese, P.; Vasquez, J. A Unified Explanation of Territorial Conflict: Testing the Impact of Sampling Bias, 1919-1992. *International Studies Quarterly*, v. 47, n. 2, p. 275-298, 2003.
- Senese, P.; Vasquez, J. *The steps to war: an empirical study*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.
- Starr, H. Territory, Proximity, and Spatiality: the geography of international conflict. *International Studies Review*, v. 7, n. 3, p. 387-406, 2005.
- Thompson, W. Identifying Rivals and Rivalries in World Politics. *International Studies Quarterly*, v. 45, p. 557-586, 2001.
- Tir, J. Territorial Diversion: Diversionary Theory of War and Territorial Conflict. *The Journal of Politics*, v. 72, n. 2, p. 413-425, 2010.
- Toft, M. Issue Indivisibility and Time Horizons as Rationalist Explanations for War. *Security Studies*, v. 15, n. 1, p. 34-69, 2006.
- Valeriano, B. *Becoming Rivals: the process of interstate rivalry development*. New York: Routledge, 2013.
- Vasquez, J. *The War Puzzle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- Vasquez, J. Why Do Neighbors Fight? Proximity, Interaction, or Territoriality. *Journal of Peace Research*, v. 32, n. 3, p. 277-293, 1995.
- Vasquez, J.; Henehan, M. Territorial Disputes and the Probability of War, 1816-1992. *Journal of Peace Research*, v. 38, n. 2, p. 123-138, 2001.
- Walter, B. Explaining the Intractability of Territorial Conflict. *International Studies Review*, v. 5, n. 4, p. 137-153, 2003.
- Wiegand, K. *Enduring Territorial Disputes: Strategies of Bargaining, Coercive Diplomacy, and Settlement*. Athens: University of Georgia, 2011.